

Pastore elogia, mas ainda vê risco político

Para o ex-presidente do Banco Central, mercado deve continuar numa posição defensiva

FERNANDO DANTAS

RO – O economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, gostou do acordo recém-firmado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas faz um alerta: ele não acha que o risco Brasil e o dólar vão desabar, porque o risco político, mesmo tendo sido reduzido, ainda persiste. Pastore observa que declarações gerais dos candidatos a presidente sobre compromissos de manutenção da política fiscal são um sinal positivo, mas não devem tirar o mercado de uma posição defensiva. Para ele, o risco político só poderá ser eliminado quando os detalhes da execução da política

económica do próximo governo forem conhecidos, e isso só deve ocorrer quando, de fato, o novo presidente começar a governar. A seguir, a entrevista:

Estado – O sr. gostou do acordo?

Afonso Celso Pastore – No geral, é um acordo importante, com várias características das quais eu gosto. Em primeiro lugar, tem bala para o mercado de câmbio. Mas isso não seria suficiente se não houvesse uma tentativa consistente de diminuir o risco político, o que o acordo fez, liberando um pouco dos recursos agora e acenando com um grande suporte mais pa-

ra a frente. É uma indução à adesão (pelo novo governo) às metas fiscais. Na origem da atual crise, há o risco de default que vinha crescendo. Esse acordo é um estímulo a se diminuir o risco de default e a se manter a estabilidade da relação entre a dívida (consolidada do setor público) e o PIB.

Estado – O que o sr. achou do tamanho do acordo, que prevê recursos de US\$ 30 bilhões?

Pastore – Este é um segundo ponto positivo, de haver um comprometimento grande de recursos. O grande sucesso deste acordo vai acontecer se o Brasil não precisar usar essa massa de dólares. Quando a confiança for res-

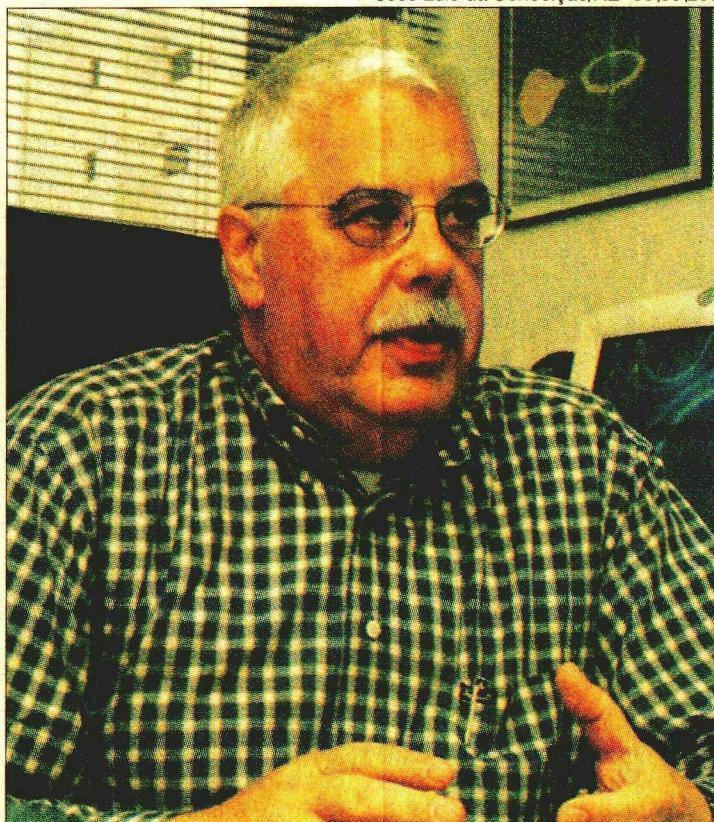
taurada, devem ser restauradas em parte as linhas comerciais e interbancárias (que vinham minguando). A aposta do Armínio (Fraga, presidente do Banco Central) é nessa direção. Ele parou de vender os US\$ 50 milhões diárias.

Estado – O sr. acha que o acordo resolve a atual crise?

Pastore – Para se criar confiança, é preciso remover o risco político. E, para isso, os candidatos têm de se comprometer com políticas econômicas sólidas. Eles vão dizer que se comprometem. Mas existe a necessidade de se conhecer os detalhes da política econômica, o que só será possível quando o novo governo estiver operando. Isso limita o sucesso do acordo e deve manter o mercado na retaguarda. Quem aposta em um grande desabamento da taxa

Estado – E o que deve acontecer com o câmbio e com o risco país?

Pastore – O risco país já



José Luis da Conceição/AE-06/06/2002

Para se criar confiança, é preciso remover o risco político. E, para isso, os candidatos têm de se comprometer com políticas econômicas sólidas

Affonso Celso Pastore

de câmbio está sendo extremamente otimista, a meu ver. Não se remove o risco político apenas com declarações em linhas gerais.

Estado – O sr. acha que o acordo abre espaço para que o Banco Central retome um movimento mais firme de redução da taxa básica de juros (Selic)?

Pastore – É cedo para dizer. Quem afirmar isso está apenas dando palpite.

Estado – E o que deve acontecer com o câmbio e com o risco país?

Pastore – O risco país já

caiu. O mercado está estimando que o dólar deve ficar na faixa de R\$ 2,80 a R\$ 2,90, e o risco país entre 1.400 e 1.600 pontos. O acordo abre uma perspectiva para se solucionar o problema.

Mas há muito que ordenar nos fundamentos da economia. Não prevejo um desabamento (do câmbio e do risco Brasil).

Estado – As características do acordo foram surpreendentes?

Pastore – Havia um ceticismo sobre o Tesouro americano e o FMI aceitarem fazer um acordo. Isso deriva de

uma postura filosófica de uma ala do Partido Republicano, que combate pacotes de ajuda como este, sob o argumento de que eles causam “risco moral” (isto é, levam os investidores a se arriscar mais, na expectativa de que haja um resgate caso suas apostas se revelem erradas). Aquele comentário infeliz do Paul O’Neill (secretário do Tesouro americano) sobre o destino dos recursos da ajuda ao Brasil revela essa postura, que é apoiada por acadêmicos como Allan Meltzer e pelos editoriais do *Wall Street Journal*. O Meltzer acabou de escrever um artigo contrário a esses acordos no *Wall Street Journal*. O fato de este acordo com o Brasil ter sido fechado deixa evidente que houve uma mudança de postura no atual governo americano. Diante do tamanho da economia brasileira, a probabilidade de o País se tornar um foco de perturbação internacional era muito alta, o que deve ter induzido a que o acordo fosse fechado. E, uma vez que se decidiu fazê-lo, houve um comprometimento de recursos no volume necessário para que a ajuda seja eficaz.

Estado – Entre 1984 e 85, na transição entre os governos Figueiredo e Tancredo/Sarney, o sr., então presidente do BC, tentou fechar um acordo com o FMI que adentrasse a próxima administração e não conseguiu...

Pastore – Foi bom você ter tocado neste assunto, porque o dr. Malan (Pedro Malan, ministro da Fazenda) fez uma citação jocosa, de

que ele mereceu um tratamento melhor do que a gente mereceu lá atrás. Como presidente do BC, eu negociei diretamente – naquela época não tínhamos este staff enorme de hoje. O diretor-gerente do FMI era o Jacques de Laroisière. Ele quis um compromisso verbal do governo Tancredo Neves, e o acordo foi ungido pelo Francisco Dornelles (ministro da Fazenda de Tancredo) e pelo Antônio Carlos Lembgruber (presidente do BC). Quando o acordo estava pronto, o De Laroisière não quis assinar.

Estado – Por quê?

Pastore – Curiosamente, ele perguntou: “E se morrer o Tancredo Neves?” (isso ocorreu bem antes da doença do presidente eleito, deflagrada durante a posse). Ele teve uma certa premonição. Mas, felizmente, o acordo não foi assinado. Com a grande má

vontade que existia naquela época na sociedade brasileira em relação ao FMI, eu provavelmente iria parar na cadeia (rindo). O Sarney e o Funaro (Dilson Funaro, ex-ministro da Fazenda) iam dizer que o acordo era lesivo, e ele não era lesivo. Agora, o acordo não deixou de ser assinado porque existisse mais ou menos respeito pelo Brasil. O respeito era o mesmo que eu devo hoje ao dr. Malan. Não foi assinado porque o Jacques de Laroisière não quis assinar, mesmo com a garantia do Tancredo. A diferença é que o Fundo hoje é melhor. O Brasil também é um pouco melhor, mas o Fundo é muito melhor.